
ATA NÚMERO 31/XV/1.ª SL

Aos dezassete dias do mês de janeiro de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) para apresentarem propostas no âmbito do Ensino Superior e Ciência – **15h00**

3. Audiência ao Conselho Nacional dos Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF) e à Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), para apresentarem recomendações sobre a educação física no 1.º ciclo e sobre o desporto para crianças e jovens – **15h45**

4. Audiência à Associação de Professores de Ciências Económico-sociais (APROCES) para apresentarem a posição sobre a literacia económica e democrática, por considerarem que estes temas surgem nas «Aprendizagens Essenciais de Matemática» de forma descontextualizada – **16h30**

5. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 10 de janeiro de 2023

6. Comunicações do Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei – generalidade

- [Projeto de Lei n.º 478/XV/1.ª \(CH\)](#) – Proibição de discriminações entre docentes, por efeito de alterações ao Estatuto da Carreira Docente em matéria de reposicionamento na carreira com efeitos remuneratórios

ii. Projetos de Resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 360/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a promoção de ações de formação a Educadores e Professores, que contribuam para o desenvolvimento social e escolar de alunos com autismo.
- [Projeto de Resolução n.º 362/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à reavaliação dos tempos letivos mínimos para as disciplinas de História e Geografia no 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico.
- [Projeto de Resolução n.º 375/XV/1.ª \(CH\)](#) – Inclusão do Ensino História de Portugal no Estrangeiro para Crianças e Jovens Portugueses e Lusodescendentes.

iii. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado

iv. Parecer sobre a [Conta Geral do Estado 2021](#)

6.2. Pedidos de audiência

6.2.1. Da professora Filomena Luz

✓ **Assunto:** precaridade da profissão docente

6.3. Relatório da audição dos peticionários da [Petição n.º 88/XV/1.ª](#) – Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

7. Apresentação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2023

8. Apresentação e votação do parecer [Projeto de Lei n.º 420/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Cria o Estatuto do Estudante Praticante de Atividades Artísticas no Ensino Superior.

9. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a decisão de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

10. Outros assuntos

11. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou o adiamento do ponto 5 da ordem do dia.

A proposta de ordem do dia, com essa alteração, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

2. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) para apresentarem propostas no âmbito do Ensino Superior e Ciência

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, deu as boas-vindas à Presidente da Direção do SNESUP, Prof.^a Doutora Mariana Gaio Alves e aos restantes membros, Prof. José Moreira e Prof. Raul Jorge, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação referiu o seguinte, em síntese:

- Um dos aspetos que temos realçado é o crescimento exponencial da precariedade na contratação, quer dos docentes, quer dos investigadores. O SNESUP monitoriza os dados com regularidade, o que podemos apurar é que neste momento, no sistema de ensino superior, cerca de 42 % dos professores são contratados a tempos precários, a tempo transitório, muitas vezes com percentagens de contratação de 50 %, mas a lecionar mais horas do que aquilo que os estatutos de carreira preveem para quem está contratado a tempo inteiro e em regime de exclusividade. Se pensarmos no caso dos investigadores científicos, as percentagens de contratação rondam os 75/80 % e, portanto, o que nós estamos a ver nos últimos anos, sobretudo desde nos últimos 10/15 anos, é efetivamente um agravamento desta tendência;
- Quando estamos a falar desta percentagem elevadíssima de contratações precárias de investigadores e professores do ensino superior, não estamos a falar de jovens que tenham terminado o doutoramento e que estejam agora a começar a sua atividade profissional. Estamos, em muitos casos, a falar de pessoas que têm 10, 15, 20 anos de trabalho neste setor e que têm estado sucessivamente nestas posições precárias, sem integrarem os quadros das universidades ou dos politécnicos ou das instituições de investigação. O que gera depois vários outros efeitos, nomeadamente, a nível do funcionamento interno das instituições, com a forma como são tomadas as decisões. No caso dos investigadores, no último estudo que produzimos, relativamente ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino

Superior (RJIES), podemos estimar que cerca de 5000 investigadores estiveram excluídos de tomadas de decisão no interior das instituições e, portanto, este crescimento e esta precariedade tem efeitos não só individuais, mas no próprio funcionamento das instituições e no trabalho que é produzido nas mesmas;

- Propostas para resolver estes problemas: O SNESUP tem insistido, ou insistiu, nomeadamente, no último conjunto de propostas relativamente ao Orçamento do Estado para 2023, que é imperativo fazer um levantamento, por instituição, destas contratações precárias. Essa informação é fundamental para termos um melhor conhecimento do que se está a passar, porque as situações são diversas, consoante as universidades, politécnicos e às vezes mesmo no interior destes, consoante a faculdade ou escola;
- Outro problema é a pouca valorização dos profissionais. As possibilidades de transitar nas carreiras são mínimas, chegando a ficar na mesma posição remuneratória mais de 10 anos. Isto seria ultrapassado permitindo a sua progressão quando atingissem 10 pontos no âmbito da avaliação de desempenho;
- O terceiro grande problema é relativo à democracia interna das instituições. A baixa participação nas eleições, tanto dos professores, quanto dos investigadores, revela uma participação pouco ativa nas tomadas de decisão das instituições;
- Uma questão muito importante é o envelhecimento. O ensino superior não atrai os jovens devido à precariedade;
- O sistema de ensino superior está envelhecido e há excesso de precariedade.

Intervieram depois os Senhores Deputados Eduardo Alves (PS), Alexandre Poço (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a delegação da SNESUP referiu o seguinte, em síntese:

- A avaliação que fazemos do Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) no ensino superior é que foi uma burla, dado que houve uma coligação entre os dirigentes das instituições e a tutela para que os números do Programa sejam residuais e, provavelmente, o número de

docentes que foram regularizados será inferior a 1 % e o número de investigadores é seguramente inferior a 1 %;

- A questão do estudo sobre a precariedade é muito importante e era importante que o Parlamento tivesse essa iniciativa. Os números da precariedade são dados pela Direção-Geral do Ensino Superior nos REBIDES (Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior), que faz o registo das atividades, são números oficiais;
- Em relação aos protocolos negociais, é muito importante que haja negociação. É um primeiro passo muito importante, porque nos últimos anos não houve negociação;
- A questão da otimização financeira do ensino superior é muito difícil neste momento ou praticamente impossível, porque as instituições estão subfinanciadas, não estamos a aguentar com a degradação permanente, quer da parte física, quer, ainda mais grave, da parte do pessoal e da maneira de gerir as instituições;
- Falhou tudo no RJIES e na gestão das instituições científicas. Se o nível de financiamento, nomeadamente dos projetos científicos, continuar a ser o que está neste momento, dentro de 10 anos o sistema vai deixar de funcionar, porque não é possível financiar de cada vez, menos de 10 % das candidaturas e que este sistema seja robusto. Se só são financiados os excelentes, que por definição são os 10 % melhores, ao fim de 10 interações, ficamos sem nada, ficamos com 1 % e o sistema não aguenta;
- Não é possível formar docentes e investigadores no ensino superior de um dia para o outro. É impossível e insustentável manter estes níveis de precariedade.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Audiência ao Conselho Nacional dos Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF) e à Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), para apresentarem recomendações sobre a educação física no 1.º ciclo e sobre o desporto para crianças e

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, deu as boas-vindas aos representantes do Conselho Nacional dos Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAEF), Avelino Azevedo e Nuno Fialho e da Sociedade Portuguesa de

Educação Física (SPEF), Nuno Ferro e Luís Fernandes, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação referiu o seguinte, em síntese:

- Partilhamos convosco um conjunto de preocupações que, ao longo dos anos, temos tentado apresentar nos diferentes fóruns onde temos estado e concretamente e na sequência daquilo que foi o 12.º Congresso Nacional de Educação Física, que decorreu em Leiria, em final de outubro passado, em que foram aprovadas um conjunto de moções que vos fizemos chegar. Queríamos trazer aqui também algumas ideias daquilo que, em nosso entender, podem ser passos para soluções;
- Essas moções centraram-se em três grandes âmbitos que têm todos a ver com aquilo que são as condições, que devem estar reunidas para que se possa efetivar a lecionação da Educação Física no 1.º ciclo. Tem a ver com o enquadramento da disciplina no sistema educativo nacional. Com a questão dos professores, quer a formação inicial, quer a formação contínua dos professores que são responsáveis pela lecionação da Educação Física no 1.º ciclo que, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, no regime de monodocência no 1.º ciclo, quem tem que lecionar todas as áreas do ensino, com exceção do Inglês, é o professor titular de turma, o professor em monodocência, e aquilo que temos verificado ao longo dos tempos é que os processos de formação inicial destes professores nem sempre têm em conta aquilo que são as necessidades de formação;
- Outro ponto também que apresentámos na moção teve a ver com a aplicação das provas de aferição que decorrem nos diferentes anos de escolaridade, no 2.º, no 5.º e no 8.º e a importância que as provas de aferição tiveram para aquilo que foi uma certa visibilidade da problemática da disciplina de Educação Física;
- A Educação Física como disciplina curricular surge no sistema educativo português entre o pré-escolar e o 12.º ano. É das únicas disciplinas, a par do Português, que tem essa prevalência no sistema educativo. Do 5.º até ao 12.º ano, há quadros próprios para os professores de Educação Física e, no 1.º ciclo, aquilo que acontece é que nem sempre, e mesmo poucas vezes, a disciplina é lecionada de forma sistemática e contínua;
- Na questão da coadjuvação e não querendo ter professores de Educação Física a lecionar o 1.º ciclo, aquilo que sempre advogámos e que está inscrito na lei é que os

professores do 1.º ciclo em monodocência, face às suas dificuldades de conseguirem acompanhar a disciplina, possam ser coadjuvados por professores do agrupamento de escolas que garantam um acompanhamento que permita os professores sentirem alguma confiança, na lecionação da disciplina. As direções de escola por razões várias, nem sempre conseguem atribuir horas para a coadjuvação da Educação Física;

- Uma vez que o desporto escolar e o desporto federado cumprem essa mesma obrigação da formação desportiva, queremos deixar aqui o alerta para o [Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro](#), que regulamenta o desporto escolar e que o prevê como uma atividade curricular, ou seja, um complemento da disciplina de Educação Física e como uma atividade do sistema educativo. Esse diploma prevê um Conselho Nacional do Desporto Escolar e o regulamento estabelece que terá 2 reuniões anuais, mas não houve nenhuma reunião do mesmo, nem as pessoas foram devidamente nomeadas e indicadas;
- Pelos números da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) não há falta de professores de Educação Física, pelo que poderia haver coadjuvação dos professores do 1.º ciclo. Nos últimos 17 anos ficaram sem colocação nas escolas públicas 6 783 professores de Educação Física. No ano passado, por exemplo, se o Ministério resolvesse substituir todos os professores de Educação Física haveria possibilidade de o fazer. Na Educação Física há desemprego;
- Os professores de Educação Física, em Portugal, são dos mais qualificados do sistema educativo, 25 % tem mestrado ou doutoramento, independentemente de a escola pública não reconhecer, nem haver remuneração, nem qualquer vantagem na progressão na carreira. São pessoas interessadas na formação, qualificadas e, portanto, existe essa disponibilidade e vontade de poder reforçar o processo da Educação Física no 1.º ciclo.

Intervieram depois os Senhores Deputados Pompeu Martins (PS), Inês Barroso (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a delegação da CNAPEF e da SPEF referiu o seguinte, em síntese:

- Não pode ficar apenas ao arbítrio dos diretores de escola a realização ou não do projeto de coadjuvação para os quais canalizem recursos, até porque um diretor, quando pressionado com os resultados de Matemática no 12.º ano, mais depressa atribui apoios para esta disciplina, do que garante Educação Física para todas as crianças e, portanto, não pode deixar de ser o Ministério da Educação a regular a matéria, não podendo sequer deixar a resolução para as autarquias;
- Uma coisa são as condições físicas, outra são os recursos humanos e muitas vezes os proporcionados pelas câmaras têm um objetivo que nem sempre se coaduna com o objetivo educativo, que deve estar presente no enquadramento da disciplina de Educação Física. É mais fácil optar por um projeto que junte 1000 crianças num estádio do que canalizar recursos para que eles tenham todas as semanas o direito à Educação Física;
- As atividades de enriquecimento curricular devem servir para complementar o currículo e nunca podem substituir as aulas de Educação Física. O currículo desta disciplina é algo universal, a que todos na escola pública têm direito desde o primeiro ano, mas na realidade isso não acontece;
- As provas de aferição são um imperativo para a qualificação do sistema educativo português e vieram mostrar a realidade da Educação Física no 1.º ciclo, sendo ainda de referir que há questões de falta de material, que impedem a realização de algumas provas;
- O projeto do desporto escolar é o maior projeto que existe no sistema educativo e tem uma meta de 800 000 alunos em 2024/2025, mas isto é uma utopia e uma impossibilidade, porque nessa data, segundo a DGEEC, só vai haver 755 000 alunos, e porque representaria um crescimento de 400 %;
- O modelo de coadjuvação é o caminho legal para garantir a Educação Física no 1.º ciclo e outro enquadramento implica a mudança da Lei de Bases do Sistema Educativo.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

4. Audiência à Associação de Professores de Ciências Económico-sociais (APROCES) para apresentarem a posição sobre a literacia económica e democrática, por considerarem que estes temas surgem nas «Aprendizagens Essenciais de Matemática» de forma descontextualizada

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, deu as boas-vindas às representantes da Associação de Professores de Ciências Económico-sociais (APROCES), Florbela Ribeiro e Olga Fernandes, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação referiu o seguinte, em síntese:

- A importância de promover competências económicas e democráticas nos 12 anos de escolaridade e na formação ao longo da vida, literacia económica e financeira, está ligada à capacidade de ler, analisar e gerir, inclui também a capacidade de decidir entre escolhas financeiras, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia a dia que envolvem decisões económicas e financeiras. A escola deve promover e proporcionar competências necessárias para a vida em sociedade e interiorização da importância da vida em comunidade. Porém, ao longo dos 12 anos de escolaridade, não são proporcionadas essas competências;
- Quanto à estrutura curricular introduzida pelo [Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho](#), os alunos do ensino básico têm contacto com as línguas, a Matemática, as ciências físicas naturais e uma única ciência social. Também os conteúdos disciplinares das ciências sociais e humanas, designadamente da História e da parte da Geografia humana, muitas vezes são repetidos. Em síntese, os alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, salvo os que optam pelos cursos científicos ou económicos, durante os 12 anos de escolaridade não têm acesso à aprendizagem de quaisquer conteúdos de natureza económica e financeira, e também democrática;
- Outro aspeto que gostaríamos de referir, que é a questão da cidadania e desenvolvimento que normalmente é considerada como abrangendo determinadas matérias. No âmbito da cidadania e desenvolvimento, normalmente são abordadas as eleições do delegado de turma, a sua representação, etc. Na página da Direção-Geral da Educação é referido «o domínio, instituições e participação democráticas pretende proporcionar os meios para que os alunos reflitam sobre o lugar de Portugal

na Europa e no Mundo e sobre o seu papel na construção de uma Comunidade Europeia»;

- Quanto às AE (Aprendizagens Essenciais) de Matemática, homologadas pelo Despacho n.º 702/2023, de 13 de janeiro, constitui uma tentativa de interligar temas das ciências sociais e económicas com o desempenho matemático dos alunos, subalternizando os conhecimentos daquelas áreas ao raciocínio matemático. Na verdade, as aprendizagens essenciais (AE) de Matemática do ensino secundário pretendem então, simplesmente, que os alunos façam contas em cima de conhecimentos científicos das áreas económicas, conhecimentos esses que, conforme referimos, os alunos, não dispõem ao longo dos 12 anos de escolaridade. Trata-se de uma abordagem utilitária, intuitiva e informal, de conhecimentos económicos e democráticos que promoverá uma aprendizagem inconsistente e superficial por parte dos alunos.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS), Cláudia André (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a APROCES referiu o seguinte, em síntese:

- Quanto à consulta pública, tivemos conhecimento 2 ou 3 dias antes de terminar, dado que não fomos consultados, mas emitimos a nossa opinião. Nessa mesma altura solicitámos à Direção-Geral da Educação (DGE) uma reunião com o grupo de trabalho que estava a tratar das aprendizagens essenciais. Sensivelmente ao fim de 2 meses foi realizada a reunião, que foi mais uma explicação pela DGE do que eram as aprendizagens essenciais de matemática (aprendizagens com que a APROCES concorda), mas não foi tida em conta nada do que a APROCES transmitiu.;
- Saudamos que efetivamente existam estas temáticas no currículo, mas não pensamos que estes conhecimentos importantes para os alunos, futuros cidadãos do século 21, sejam dadas por professores que não têm qualquer formação científica na área. Por exemplo, como é que será possível fazerem-se cálculos de taxas de juro sem que os alunos possam compreender o que é uma taxa, porque existem juros, porque é que eles são devidos? Se bastará, perguntamos nós, fazer cálculos

eleitorais determinados, salário real e nominal sem os enquadrar na realidade social em concreto e ver os seus efeitos efetivos;

- Quanto à questão da cidadania e desenvolvimento, esta disciplina ou a área transversal que é abordada nos vários ciclos, tem vantagens, tem temáticas bastante importantes, bastante interessantes e que ligam a vida do Homem em sociedade, mas são dadas por qualquer professor, seja ele de educação física, de línguas, de matemática e de físico-química ou de qualquer área. O que sabemos e, está no referido estudo publicado na página da Direção-Geral de Educação é que normalmente é atribuído aos diretores de turma e, portanto, em muitos casos são professores que não têm qualquer apetência, porque são de áreas que não são das ciências sociais e, portanto, não entendemos que seja adequado seguir este caminho;
- Não entendemos que a História e a Geografia devam ser eliminadas, antes pelo contrário, são ciências sociais, a parte da Geografia humana e são muito importantes. Não existe qualquer disciplina nos 12 anos de escolaridade que seja de economia ou que aborde estas questões que estamos agora aqui a focar. Já houve no passado.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

5. Aprovação de atas

A aprovação da ata da reunião de 10 de janeiro foi adiada, a pedido do PS.

6. Comunicações do Presidente

A Senhora Vice-Presidente da Comissão deu nota que o Grupo de Trabalho – Apreciação na Especialidade dos Projetos de Lei do Ensino Superior Politécnico propôs que se solicitasse a prorrogação do prazo por mais 30 dias.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

v. Projetos de Lei – generalidade

A Senhora Vice-Presidente deu nota que o [Projeto de Lei n.º 478/XV/1.ª \(CH\)](#) – *Proibição de discriminações entre docentes, por efeito de alterações ao Estatuto da Carreira Docente em matéria de reposicionamento na carreira com efeitos remuneratórios*, tinha baixado à 8.ª Comissão no dia 10 de janeiro de 2023, foi arrastado para a reunião plenária de dia 19 de janeiro de 2023 e, colocado à consideração, foi deliberado por consenso informar o PAR que não haveria tempo útil para a elaboração do parecer.

vi. Projetos de Resolução – generalidade

Relativamente aos projetos de resolução seguintes, o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) prestou as seguintes informações:

- [Projeto de Resolução n.º 360/XV/1.ª \(CH\)](#) – *Recomenda ao Governo a promoção de ações de formação a Educadores e Professores, que contribuam para o desenvolvimento social e escolar de alunos com autismo* – discussão na Comissão.
- [Projeto de Resolução n.º 362/XV/1.ª \(CH\)](#) – *Recomenda ao Governo que proceda à reavaliação dos tempos letivos mínimos para as disciplinas de História e Geografia no 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico* – discussão em Plenário.
- [Projeto de Resolução n.º 375/XV/1.ª \(CH\)](#) – *Inclusão do Ensino História de Portugal no Estrangeiro para Crianças e Jovens Portugueses e Lusodescendentes* – discussão na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

vii. Projetos de Resolução – para nova apreciação na generalidade

Relativamente ao [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.ª \(L\)](#) – *Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado*, informou a Senhora Vice-Presidente da Comissão que o mesmo foi discutido na generalidade, no Plenário a 20 de outubro de 2022. A 21 de outubro foi aprovado, por unanimidade, requerimento para baixa à Comissão por 60 dias, sem votação, para nova apreciação na generalidade. Após terem sido efetuadas diversas diligências, o Senhor Deputado Rui Tavares (L) informou que a iniciativa pode ser remetida a Plenário para inclusão no próximo guião de votações. Foi obtido o acordo da Comissão.

viii. Parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2021](#)

Foi distribuída a elaboração do parecer em causa, que será apreciado na reunião de 24 de janeiro, tendo o PSD indicado o Deputado Rui Cruz como relator.

6.2. Pedidos de audiência

6.2.1. Da professora Filomena Luz

Apreciado o pedido de audiência da professora Filomena Luz, para apresentar questões sobre a precariedade da profissão docente, foi deliberado realizá-la em reunião presidida por um Deputado-piloto, a indicar pelo Grupo Parlamentar do PS.

6.3. Relatório da audição dos peticionários da [Petição n.º 88/XV/1.ª](#) – Para a construção de um pavilhão desportivo no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

7. Apresentação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2023

A relatora, Deputada Maria João Castro (PS) apresentou o parecer.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

8. Apresentação e votação do parecer [Projeto de Lei n.º 420/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Cria o Estatuto do Estudante Praticante de Atividades Artísticas no Ensino Superior.

O relator, Deputado Eduardo Alves (PS), apresentou o parecer.

Colocado a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

9. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a decisão de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) referiu que a matéria é grave para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e nunca foi discutida com as mesmas, tendo depois lamentado que o requerimento não tivesse sido votado na reunião da Comissão da semana anterior e salientado que há urgência na audição da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) realçou a gravidade da situação, defendeu que é no Parlamento que a Senhora Ministra deve explicar a matéria, indicou que não foi pedida a posição dos órgãos de governo das regiões autónomas e realçou que a temática causa alvoroço social nas famílias que têm filhos que possam vir a estudar no continente.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu que a Senhora Ministra informou que não vai haver redução das vagas do contingente de acesso ao ensino superior e

propôs que o PSD reponderasse alterar o requerimento, manifestando abertura para votar favoravelmente o requerimento alterado.

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) informou que não iam alterar o requerimento, que continuava atual.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS), referindo que no seguimento da matéria em discussão e uma vez que o PSD não aceitou alterar o seu requerimento, apresentava um requerimento oral para audição da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre esta matéria, das questões respeitantes ao acesso ao ensino superior.

Posto depois a votação o requerimento do PSD, o mesmo foi rejeitado, com os votos contra dos Deputados do PS e os votos a favor dos Deputados do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

Nesta sequência, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou um requerimento oral, ao abrigo de um direito potestativo, para audição da Senhora Ministra sobre a matéria em causa, de redução do contingente de acesso ao ensino superior por parte de alunos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A inclusão da apreciação do requerimento oral do PS na reunião em curso foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

Posto depois a votação o próprio requerimento do PS para audição da Senhora Ministra, o mesmo foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data das próximas reuniões

A Senhora Vice-Presidente da Comissão informou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 24 de janeiro de 2023 pelas 15h00, estando prevista a realização de duas audições de petionários e uma audiência.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h38, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2023.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Germana Rocha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Alfredo Maia (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Anabela Rodrigues (PS)
Gil Costa (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
José Pedro Ferreira (PS)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Firmino Pereira (PSD)



Comissão de Educação e Ciência

Gabriela Fonseca (PSD)

Rosina Ribeiro Pereira (PSD)

Rita Matias (CH)

Marlene Teixeira (PS)

Paulo Moniz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Castro (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)